

GOVERNO NUNCA ENDURECEU LINGUAGEM CONTRA A RENAMO

— afirma Presidente Joaquim Chissano a jornalistas nacionais

O Presidente Joaquim Chissano negou ontem, em Maputo, que o Governo esteja a adoptar nos últimos tempos um endurecimento de tom nas suas declarações em relação à Renamo e reafirmou o desejo de ver implementado o Acordo Geral de Paz.

Num encontro restrito com alguns jornalistas dos órgãos de informação nacionais, o Chefe de Estado considerou por seu turno de «capricho» o facto de o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, recusar-se a vir para Maputo ou para se avistar com ele.

— **Realmente eu tinha que ir ao encontro dele porque quero a paz,** disse Chissano.

Reiterou que «não há mudança nenhuma» na sua linguagem em relação à Renamo.

Joaquim Chissano afirmou que «se a guerra voltar, não será por via nem do povo, nem do Governo e nem da Frelimo».

— **Se a guerra voltar será por via de alguém que deseja que ela exista. Se a guerra vier teremos que nos defender. Portanto, não é nenhuma declaração de guerra, mas uma explicação, um esclarecimento àqueles que pensam que o Governo, a Frelimo e o povo estão apenas a deixar-se levar pela emoção da democracia, da reconciliação, etc., mesmo quando o país esteja em perigo,** comentou o Chefe de Estado.

Especificou que compete ao Governo organizar a defesa dos cidadãos.

Indagado acerca dos próximos passos que o Governo vai encetar na sequência do fracasso da reunião com Dhlakama em Lichinga, Chissano historiou todo o processo que culminou com a proposta de Lichinga, destacando a resposta do líder da Renamo, segundo a qual «não via

nenhuma conveniência» em se deslocar para a capital provincial do Niassa.

— «As razões que estão por detrás da sua ausência ouvimo-las através dos "mass media". O senhor Dhlakama disse que não veio ao meu encontro porque não havia segurança em Lichinga e que não teve tempo para se preparar, revelou o Chefe de Estado.

Esclarecendo que as condições de segurança estavam criadas na capital provincial do Niassa para o evento, Chissano acrescentou que já tinha designado um grupo para receber o líder da Renamo no aeroporto de Lichinga.

— **Como devem ter notado em Lichinga não havia nenhum perigo, nenhuma animosidade. Pelo contrário, toda a gente estaria ali ansiosa por saber o resultado da reunião,** afirmou Chissano.

Inquirido sobre uma das causas que impedem a Renamo de enviar os seus representantes para a capital do país, a fim de integrarem as comissões que ainda não foram criadas e nem estão em funcionamento, segundo os compromissos de Roma, paralelamente à existência de um pretensão «acordo secreto», Joaquim Chissano esclareceu que os acordos rubricados na capital italiana entre o Governo e a Renamo são claros.

— **O Governo nunca se comprometeu a dar seja o que for à Renamo. Comprometeu-se a apoiar, auxiliar, a facilitar à Renamo a**

adquirir os meios materiais que necessitaria para a sua instalação para procedimentos de trabalho político. Mas, mesmo esse compromisso, está qualificado no Protocolo. Para realizar este primeiro compromisso o Governo devia contactar a comunidade internacional, em particular a Itália, a fim de angariar os fundos necessários para apoiar a Renamo, declarou Chissano.

Clarificou que o Governo já ajudou a Renamo a encontrar 18 casas, tendo referido que o protocolo é omissivo quanto ao número de habitações a ser concedidas ao movimento de Afonso Dhlakama.

— **No protocolo não está especificado que seria o Governo a procurar casas para a Renamo, mobilá-las, comprar combustível para os carros que são usados pela Renamo. Eu próprio me envolvi pessoalmente na busca de uma casa que no critério certo seria adequada ao líder da Renamo. Não há nada escrito que eu seria obrigado a fazer isso. Nós cumprimos a nossa parte,** referiu.

Em relação à resposta ao apelo à comunidade internacional — para além da assistência solicitada para apoio aos partidos políticos, eleições, reintegração de populações refugiadas e deslocada, bem como desmobilizados de ambas as partes — Chissano explicou que houve uma conferência tripartida em Roma, à margem da Conferência de Doadores. Nessa reunião alguns doadores

apresentaram a sua interrogação sobre como poderia ser gerido esse fundo de apoio aos partidos políticos, assim como o critério para a sua utilização.

Na sequência das discussões foi produzida uma proposta, por desejo expresso pela Itália para a comunidade internacional e para que não houvesse no futuro uma deturpação, as partes envolvidas (Governos italiano e moçambicano e a Renamo) assinaram o documento.

— **O Governo Italiano acolheu com satisfação essa proposta, esse desejo, e engajou-se em tudo fazer para que se conseguisse a contribuição,** afirmou, revelando que esse documento é o que é referido como sendo o «acordo secreto».

Por outro lado, o Governo e a Renamo expressaram o desejo de que tais fundos fossem geridos pelas Nações Unidas, através de um «Trust Fund».

Situando a importância da Itália no processo de paz para Moçambique, Joaquim Chissano disse que aquele país transalpino foi o palco das negociações que conduziram à assinatura do Acordo Geral de Paz, coordenou as reuniões entre as partes e pagou parte das despesas avultadas da Renamo.

— **Mais tarde, o Governo Italiano decidiu contribuir para as Nações Unidas com um contingente bastante apreciável nas forças da ONUMOZ, continuou a apoiar a Renamo em alguns aspectos materiais e, durante as negociações, presidiu à comissão para a implementação do acordo de 1 de Dezembro sobre os «corredores» (humanitários),** referiu.

22-4-93

4.4.4